A prisão preventiva dos três acusados de serem os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Anderson Gomes, ocorrida no início da manhã do domingo (24), após seis anos, revela como as instituições políticas e os órgãos de segurança do Rio de Janeiro se encontram infiltrados e contaminados pelo crime organizado.

O desfecho deste caso é prova da falência das instituições políticas em nosso estado: nos últimos anos, todos os ex-governadores foram parar na cadeia presos por corrupção e desvios administrativos e as casas legislativas estadual e municipais viraram palcos de negociatas e denúncias da ligação de um sem número de parlamentares com milícias ou outros tipos de organização criminosa. O atual governador, Cláudio Castro, também é investigado por desvios de verbas na época em que exercia o cargo de vice-governador.

A morte de Marielle ocupa as páginas do noticiário nacional e internacional desde a noite de 14 de março de 2018. Desde então, o inquérito não avançava e a prisão preventiva dos três suspeitos de serem os mandantes da morte da vereadora vem para comprovar o quanto as investigações foram manipuladas e proteladas para proteger os mentores do crime.

A operação da Polícia Federal (PF) que prendeu o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Domingos Brazão, o seu irmão, deputado Federal Chiquinho Brazão (União RJ) e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa, acusados de serem os mandantes da morte da vereadora só foi possível depois que as investigações passaram, no início do ano passado, para a alçada da PF e do Ministério Público Federal, uma promessa de campanha do presidente Lula.

A prisão ocorreu menos de uma semana depois do Supremo Tribunal Federal (STF) homologar a delação premiada firmada pele ex-policial Ronnie Lessa, contratado para a execução do crime. Lessa foi preso em março de 2019, juntamente com outro ex-PM, Élcio de Queiroz pela participação nas mortes. Mas a pergunta a respeito de quem havia sido o(s) mandante(s) continuou no ar durante os seis anos que decorreram após a tocaia no Estácio.

Segundo as investigações até o momento, a morte de Marielle foi idealizada pelos irmãos Brazão e planejada pelo delegado Rivaldo Barbosa. Barbosa, que ocupava o cargo de chefe da Polícia Civil ainda atuou para atrapalhar as investigações e destruir provas que levassem à resolução do caso Marielle. Investigadores ainda trabalham para identificar a motivação do crime. Entre as suspeitas, está a expansão territorial da milícia no Rio.

O Sepe e os profissionais de educação saúdam o resultado das novas investigações que redundaram nas prisões efetuadas ontem. Mas é necessário que o trabalho continue com o objetivo de penalizar todos os envolvidos e de fazer uma verdadeira limpeza nas instituições políticas e de segurança no Estado. A população merece saber quem são os responsáveis e os reais motivos do assassinato para que todos sejam exemplarmente julgados e, finalmente, tenhamos Justiça para Marielle e Anderson. ■

NA LUTA DESDE 1977
SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br
instagram.com/sepe_rj
facebook.com/Seperj
youtube.com/SepeRJoficial
twitter.com/RjSepe

seperj.org.br/filiacao

Boletim do Sepe
INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
EDIÇÃO REDE ESTADUAL
Nº 34 | Finalizada em: 27/03/2024

NESTE BOLETIM:

▶ Categoria faz meia paralisação e debates sobre o Novo Ensino Médio. pág. 2
▶ Justiça para Marielle e Anderson. *pág. 4*

REDE ESTADUAL FARÁ ASSEMBLEIA NO DIA 06/4

O Sepe convoca todos os profissionais da rede estadual para a assembleia geral, que será realizada no Club Municipal (Rua Haddock Lobo 359 – Tijuca), no dia 6 de abril, às 14h.

O Dieese fez novo estudo a situação salarial da categoria: para que os salários em 1º de março de 2024 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de julho de 2014, o reajuste necessário sobre os salários de fevereiro de 2024 deveria ser de 44,70% pelo INPC-IBGE e de 44,72% de acordo com o IPCA-IBGE.

A assembleia ocorre após a meia paralisação realizada no dia 20/03, quando protestamos contra o NEM com debates nas escolas; e após o ato unificado no Palácio Guanabara, pela recomposição (ver *página 2*).

No mesmo dia, na parte da manhã, haverá assembleia da rede municipal do Rio de Janeiro, no mesmo local. ■

Cartaz de convocação da assembleia.

EIXOS DA CAMPANHA SALARIAL 2024

(APROVADOS PELA ÚLTIMA ASSEMBLEIA, EM 24/02)

1) REAJUSTE SALARIAL JÁ! CUMPRIMENTO DA LEI DO PISO, NOS PLANOS DE CARREIRA
2) REVOGAÇÃO DO NEM/BNCC E REVISÃO DO EM DA SEEDUC
3) PELA MIGRAÇÃO DO MAGISTÉRIO (30H)
4) CONCURSO PÚBLICO PARA TODAS AS CARREIRAS
5) PELA ELEIÇÃO DE DIRETORES E CONTRA O PL DE ALLAN LOPES
6) EM DEFESA DO PNE, CONFORME DELIBERAÇÃO DA CONAE
7) POR UM NOVO PNE. PELO FIM DAS PERSEGUIÇÕES AOS EDUCADORES.

Câmara dos Deputados aprova substitutivo ao Projeto de Lei do Novo Ensino Médio (NEM)

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 20 de março o substitutivo do PL 5.230/2023 que estabelece mudanças no Ensino Médio. Na proposta aprovada, a formação geral básica passa a ser de no mínimo 2,4 mil horas para alunos que optarem pelo currículo regular (das quatro áreas de conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Sociais).

Mas houve mudanças em relação ao ensino profissionalizante: a formação geral básica terá 2,1 mil horas. As redes, no entanto, estão liberadas para utilizarem até 300 dessas horas de "forma articulada com o curso técnico" nas carreiras que precisem de mil ou 1,2 mil horas de formação. Assim, a parte do currículo de disciplinas clássicas, a formação geral básica, cai para até 1,8 mil horas.

A proposta aprovada vai ao Senado, onde a mobilização dos movimentos sociais pode trazer contribuições para melhorar o texto. É fundamental que a categoria e a sociedade construam uma forte mobilização nacional para avançarmos mais nos direitos da juventude à escola pública, gratuita, democrática e de qualidade. ■

PRINCIPAIS PONTOS DO PL

▶ Elevação da carga horária da formação geral básica – FGB (exceto na EPT) para no mínimo 2.400 horas, alterando a disposição da Lei 13.415 que prevê no máximo 1.800 horas.

▶ Reformulação da BNCC até dezembro de 2024 e implementação do novo modelo de ensino médio a partir de janeiro de 2025;

▶ Fim da obrigatoriedade de somente português e matemática nos três anos do ensino médio e reintrodução de todas as áreas de conhecimento na FGB e nos itinerários formativos propedêuticos, que passam de 1.200 horas para 600 horas na nova legislação.

▶ Regulamentação dos itinerários através de diretrizes curriculares nacionais, impedindo a ausência de unidade curricular no país e a oferta de conteúdos desconexos da formação;

▶ Revogação dos módulos e sistema de créditos com terminalidades específicas no currículo do ensino médio;

▶ Oferta presencial do ensino médio, com excepcionalidade de atendimento remoto em áreas de difícil acesso e sob regulamento (revogação do § 11 do art. 36 da Lei 13.415/17);

▶ Oferta obrigatória de ao menos dois itinerários propedêuticos por escola, sem descartar os demais conteúdos curriculares que devem ser abordados nos itinerários.

Servidores protestaram no Palácio Guanabara

Ato cobrou as parcelas da recomposição salarial

IMPRENSA SEPE

Centenas de servidores estaduais realizaram manifestação na porta do Palácio Guanabara, no dia 13 de março. O protesto, que teve a participação da Educação, foi convocado pelo FOSPERJ (Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro), para cobrar do governador Cláudio Castro o cumprimento do acordo da recomposição salarial e que atenda as reivindicações do conjunto do funcionalismo estadual. Os servidores exigiram uma audiência com o governo, o que não ocorreu, em uma clara demonstração do desprezo de Cláudio Castro para com os servidores estaduais.

Aposentadas da educação marcaram presença no ato.

ALERJ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM FUNCIONÁRIOS DA EX-FAEP

No dia 20/3, foi realizada audiência pública pela Comissão de Ciência e Tecnologia da ALERJ, para debater a situação dos funcionários da extinta Faep, que lutam para migrarem da Seeduc para a Faetec. Somando pouco mais de 4.300 servidores na ativo, continuam recebendo abaixo do salário mínimo, situação denunciada pela presidente da comissão, a deputada Elika Takimoto (PT), pelos servidores e parlamentares presentes. O Sepe esteve representado, e denunciou as ausências da secretária de Educação, Roberta Barreto, e do presidente da Comissão de Educação, Alan Lopes (PL).

VÍDEO DA AUDIÊNCIA:
bit.ly/AudienciaFaep

Sepe promoveu Dia de Luta contra o NEM, com debates nas escolas

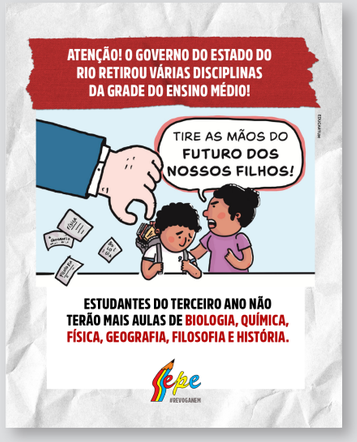
No dia 20/3, ocorreram debates e entrega da cartilha aos alunos

O Sepe promoveu meia paralisação nas escolas estaduais, e atividades contra o Novo Ensino Médio, com projeções, debates e panfletagens, com os educadores defendendo junto aos estudantes o retorno das disciplinas do currículo básico no Ensino Médio, e a necessária revogação do NEM. Em muitas escolas, ocorreu uma votação simbólica, reprovando o Novo Ensino Médio.

C. E. Manuel de Abreu
NITERÓI

C. E. Monsenhor Francisco
PARAÍBA DO SUL
Profissionais dos núcleos da região fizeram ato em frente à escola, na visita da secretária de Educação, Roberta Barreto.

C. E. Jardim Meriti
SÃO JOÃO DE MERITI



bit.ly/CartilhaSobreoNEMSepeRJ

BAIXE A CARTILHA

Sindicato produziu 50 mil exemplares, entregues por núcleos e regionais. Baixe o PDF e compartilhe com suas turmas.